

O livro da Sabedoria e a nova ética do cuidado:

respeitar a natureza, mas não a endeusar

*The book of Wisdom and the new ethics of care:
respect nature, but not deify it*

Vilson José da Silva *

* Mestre em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor visitante de Sagrada Escritura na Faculdade Católica de Rondônia, Porto Velho, Brasil, e na Faculdade Diocesana São José, Rio Branco, Brasil. Presta assessoria bíblica a pastorais específicas e sociais na Diocese de Humaitá-AM e na Arquidiocese de Porto Velho-RO. vilson27js@yahoo.com.br

Recebido em: 01/10/2021

Aprovado em: 03/11/2021

Licença *Creative Commons*
CC BY 4.0



abib
Associação Brasileira
de Pesquisa Bíblica

Resumo

Este artigo objetiva apresentar uma análise do texto bíblico delimitado em Sb 13,1-9, no qual o autor sagrado faz uma crítica explícita aos seus contemporâneos, que, de modo errôneo, relegavam à natureza e, de modo especial, aos astros a condição de deuses. Sua crítica a esta concepção é feita a partir da própria filosofia, defendida e propagada pelos filósofos estoicos gregos. Assim, de modo muito pedagógico, o autor adverte os seus ouvintes-leitores de que os gregos, munidos de seus altos conhecimentos filosóficos, não foram capazes de encontrar a verdadeira fonte da beleza, pois, seduzidos pela beleza emanada das criaturas, transformaram a obra de arte no artista. Valendo-se desta crítica, de que é preciso um novo olhar sobre as criaturas e que a capacidade intelectual e, principalmente teológica, pode e deve favorecer isso, o artigo correlacionará a exegese do texto com a proposta de uma nova ética, a saber: a ética do cuidado, a qual não é nova, porém, ignorada.

Palavras-chave: Sabedoria. Natureza. Endeusamento. Ética. Cuidado.

Abstract

This article aims to present an analysis of the biblical text delimited in Wis 13,1-9, in which the sacred author makes an explicit criticism of his contemporaries, who, erroneously, relegated to nature and, in a special way, to the stars the condition of gods. His criticism of this conception is made from philosophy itself, defended and propagated by the Greek stoic philosophers. Thus, in a very pedagogical way, the author warns his listeners-readers that the Greeks, armed with their high philosophical knowledge, were not able to find the true source of beauty, because, seduced by the beauty emanating from the creatures, they transformed the work of art in the artist. Taking advantage of this criticism, that a new look at creatures is needed and that the intellectual and, mainly theological, capacity can and should favor this, the present article will correlate the exegesis of the text with the proposal of a new ethics, namely: the ethics of care, which is not new, however, ignored.

Keywords: Wisdom. Nature. Deification. Ethics. Care.

1 Introdução

O livro da Sabedoria chegou às mãos dos cristãos por meio da Septuaginta (LXX), sendo considerado, por isso, pelos cristãos de tradição católica como canônico, pois era essa versão do texto bíblico que os primeiros cristãos tinham à sua disposição. Os judeus não o consideraram como canônico¹, uma vez que, para que um livro fosse considerado canônico, ele deveria ter sido escrito em hebraico, o que não é o caso do Livro da Sabedoria que fora escrito em grego.

Conforme a estrutura da Septuaginta, o livro da Sabedoria está situado dentro do conjunto atribuído aos poetas e profetas. Já no cânon da tradição católica, o livro se encontra dentro do conjunto dos livros Sapienciais e, de fato, o é, pois, quer se faça uma leitura contínua quer se busque por temas independentes, o leitor se deparará com verdadeiros tratados sapienciais. O livro tem a capacidade de articular temas filosóficos com teológicos. Neste sentido, Legrand (2015, p. 787) afirma que a leitura do livro é agradável e apresenta temas compreensíveis e pertinentes tanto para os cristãos como para os judeus, mas, mesmo sendo de leitura agradável, suas reflexões filosóficas não deixam de estar presentes e predominam uma ética e teologia com a qual o autor entretém o leitor.

Tendo como referência tal pressuposto, de que no livro não está ausente uma ética a partir de uma visão teológica do mundo, ou seja, das relações que se estabelecem entre as pessoas, as quais devem ser pautadas pela justiça, pelo respeito e dignidade, bem como pela inter-relação do ser humano com toda a obra da criação, agindo com reciprocidade e integridade, a partir de uma consciência crítica, partindo de tal pressuposto é que este artigo se propõe a refletir sobre o não endeusamento da natureza e a nova proposta que vem se estabelecendo, que é passar de uma compreensão de mero objeto para uma autonomia de sujeito. Proposta esta que não é novidade no campo da teologia, mas que, porém, ignorada e, por isso, precisa ser enfatizada.

Para que este intento seja alcançado, o artigo se propõe caminhar pelos seguintes passos: apresentação do texto Sb 13,1-9 (uma tradução própria); justificativa de delimitação; dimensão histórica, para contemplar as questões de autoria, origem e datação; abordagem das dimensões literárias: estrutura, gênero literário e mensagem; ações seguidas pela exegese do texto e uma atualização teológica-pastoral, na qual se prontificará a relacionar o texto com propostas de uma nova compreensão da natureza. Isso será realizado com o intuito de possibilitar um diálogo do texto com outras áreas do conhecimento.

1.1 Texto²

¹Naturalmente (foram) fúteis, todos os homens que viviam na ignorância de Deus, pois vendo a partir das (coisas) boas, não foram capazes de reconhecer Aquele que é, nem mesmo (a partir) das obras boas visíveis, vieram a reconhecer o Artista. ²Mas, consideram deuses: ou fogo, ou vento, ou o ar veloz, ou as estrelas em órbita, ou a

¹ Os cristãos de tradição protestante acompanham os judeus nesta identificação, uma vez que Lutero, ao traduzir os textos originais para o alemão, colocou-o, assim como os livros de Judite, Tobias, Eclesiástico, Baruc, Macabeus e os acréscimos de Ester e Daniel em uma lista à parte, sem enumeração e sem título, formando deste modo, um apêndice entre o AT e o NT (GONZAGA, 2019, p. 10 e 341).

² Tradução própria.

água impetuosa, ou os luzeiros do céu (que) regem o mundo.³Se, encantados com a beleza deles, (eles) os reconheceram como deuses, saibam o quanto seu Senhor os ultrapassa, pois ele é a própria fonte de beleza que os criou. ⁴Ora, se (com) o poder e a força operativa deles, (eles) ficaram impressionados, imaginem quanto mais poderoso é quem os criou. ⁵Pois, através do tamanho e beleza das criaturas (podemos), por analogia, contemplar o autor delas,⁶no entanto, pequena culpa é atribuída a eles, porque talvez eles se desviem, desejando buscar encontrar a Deus. ⁷Pois, ocupando-se na investigação de suas obras, foram seduzidos (pela) aparência externa delas, porque (são) belas (as coisas) que veem. ⁸Mas, mesmo assim, eles não têm desculpa ⁹porque, se eles são capazes de adquirir tanto conhecimento, ao ponto de poder investigar o cosmo, como não encontraram mais facilmente o Senhor dele?

1.2 Delimitação da perícópe

O texto proposto para análise neste artigo se encontra na terceira parte do livro, conforme a divisão tripartida, e está situado na seção que abrange os capítulos Sb 13,1–15,19, sendo sua delimitação Sb 13,1-9. Essa é a primeira parte da segunda digressão e forma uma unidade tanto no tema quanto no conteúdo, centrado no culto às obras de Deus. Conforme esta delimitação, a perícópe tem como texto antecedente Sb 12,23-17 e precedente Sb 13,10-19.

O texto de Sb 12,27 termina com o termo *dió* (“por isto”, conjunção causal) abateu sobre eles a última condenação.

A partir de 13,10, será abordada a idolatria propriamente dita, ou seja, a adoração de objetos feitos pelo homem; distinção e oposição, estilisticamente marcados pelas partículas “*mén*” (v. 1a) e “*dé*” (v. 10a), bem como pelo uso do termo *talaípōroi* (“infelizes/desgraçados”, adjetivo masculino plural), um atributo daqueles que põem a esperança em seres sem vida, com o verbo subentendido.

Neste contexto de advertência aos falsos cultos é que se propõe o referido texto para análise, o qual se inicia com o adjetivo masculino plural *mátaioi*, traduzido como fúteis, marcando que neste ponto começa uma nova seção. Esta perícópe tratará da relação do ser humano com a obra criada, advertindo-o para que desta relação possa captar a grandeza do criador. Deste modo, é perceptível a clara divisão sobre o falso culto. Na primeira parte, Sb 13,1-9, faz referência ao culto da natureza e, na segunda, Sb 13,10–15,17, refere-se ao culto idólatra.

2 Dimensão histórica

2.1 Autor

Em seu artigo “Tradições do Êxodo em Sb 11–19”, Dias da Silva (2015, p. 91-92) elenca 4 (quatro) pontos que, segundo ele, são fundamentais para reafirmar a não autoria do livro pelas mãos de Salomão. Primeiro: o autor do livro da Sabedoria conhece a filosofia platônica, bem como outras correntes deste pensamento divulgadas pelo menos 500 anos após Salomão; segundo: seu ambiente é o mundo helênico; terceiro: o grego com o qual foi escrito é o helênico, que é bem posterior ao de Salomão; quarto: o encorajamento presente no final do livro. Portanto, esta realidade não condiz com o *Sitz im Leben* de

Salomão, mas contribui com a hipótese de que o autor tenha sido um anônimo judeu de língua grega, bem ancorado na tradição dos pais (MAZZINGHI, 2012, p. 2022).

2.2 Data e lugar de composição

Para a datação do livro, a proposta mais aceita é a segunda metade do século I a.C., isto por levar em consideração o estilo, vocabulário e representações filosóficas (MAZZINGHI, 2012, p. 222; ASENSIO, 1997, p. 230), muito provavelmente entre os anos 30 e 50 a.C. No entanto, como esclarece Asensio (1997, p. 230), não falta quem sugira como data a segunda metade do século I d.C., porém, esta data se torna insustentável quando se leva em consideração que os textos de Rm 1,8-32 e Ef 6,11-17 fazem uso do livro. Quanto ao lugar de composição, estes elementos apresentados para comprovar a não autoria já antecipam que o livro, também, não poderia ter sido escrito em terras palestinas. Sendo assim, a hipótese mais aceita é a de que o livro foi escrito em Alexandria, no Egito, pois nesta região viviam inúmeros judeus e a região representava o centro de difusão da cultura helenística (BONORA, 1997, p. 100; SCHROER, 2003, p. 353).

3 Dimensão literária

3.1 Organização

Na busca pela determinação da estrutura, Asensio (1997, p. 234) recorda que, embora na história da exegese não faltem autores que proponham divisões bipartidas (WRIGHT, 1967, p. 165-184) e quadripartidas (REESE, 1970, p. 19-116), na atualidade, é comum afirmar que a estrutura se divide em três partes (MAZZINGHI, 2012, p. 212; SCHROER, 2003, p. 350), apesar de não se ter consenso quanto aos limites de cada uma. Seguindo tal proposta tripartida, o livro pode ser esquematizado assim: Sb 1,1–6,21; no qual se tratam as normas de vida; Sb 6,22–9,18, em que se encontra o tratado sobre a sabedoria, e Sb 10,1–19,22, o qual aborda a sabedoria presente na história.

3.2 Gênero literário

Em relação a qual gênero literário o livro da Sabedoria se enquadra, há diversas propostas. Segundo Bonaro (1997, p. 103), Asensio (1997, p. 234-235) e Mazzinghi (2012, p. 220), há comentadores que caracterizam o livro como “teologia política”, pois ele apresenta orientações de como bem governar; outros consideram, também, como uma exortação didática (*logos protreptikós*), pois oferece uma exortação propagandista em favor de determinada doutrina, contudo, por conter uma seção longa (cc. 11–19), a qual não tem paralelos nos *logos protreptikós*, o livro pode se enquadrar no gênero denominado *epidíctico* (elogio). Para estes autores, o gênero *epidíctico* é o que melhor se enquadra nas características gerais do livro, o qual, conforme a retórica grega e latina, consiste em três partes: diatribe, Sb 1,1–6,21; o louvor, Sb 6,22–9,18 e a síncrese ou comparação, Sb 1–19.

3.3 Destinatário e mensagem

Para Bonora (1997, p. 101), o livro da Sabedoria é uma obra acadêmica, que proporciona ao jovem (judeu) acadêmico um instrumental de como se tornar um futuro líder do povo hebreu (pautado pela sabedoria, assim como fez Salomão), com o intuito de equipá-lo para poder enfrentar e discernir os atrativos da cultura helenística. Portanto, mesmo que o livro seja um excelente exemplo de enculturação dá fé judaica dentro do mundo helênico, não se trata de um livro com característica propagandista ou apologética com o objetivo de provocar a conversão do mundo pagão.

Já na opinião de Dias da Silva (2015, p. 93), o livro está direcionado a dois públicos: aos judeus e aos gentios. Por ter esta dupla realidade, o livro pode ser considerado como “sapiencial-apocalíptico”. Para os não judeus (gentios), a mensagem é de instrução, caracterizada, assim, como sapiencial e, para judeus, é de caráter apocalíptico, porque quer sustentar os judeus na fé.

Na compreensão de Ceresko (2004, p. 163), a proposta principal do autor está em um profundo desejo de ajudar a sua comunidade, e, de modo especial, os jovens judeus a permanecerem fiéis à fé tradicional que recebem de seus antepassados no Deus de Israel, este Deus que fez uma opção preferencial, colocando-se ao lado dos que sofrem e são humilhados, de um Deus que age, libertando os oprimidos.

4 Análise da perícopé

4.1 Sb 13,1

“Fúteis e insensatos foram aqueles que viviam na ignorância de Deus, pois não foram capazes de reconhecer Aquele que é, nem mesmo através das coisas visíveis” (Sb 13,1).

O autor do livro da Sabedoria inicia sua argumentação utilizando um termo que tem incidência em toda a tradição bíblica, quando quer se referir à condenação da idolatria, aos falsos deuses e ao seu culto (veja: 1Rs 16,13-26; 2Rs 17,15; Jr 2,5; 8,19; 10,3.15; Ez 8,10). Assim, o termo *mátaioi*, que segundo Bauer (2010, p. 495) significa: “vazio/fúteis/insensatos/inútil/impotente/sem verdade”, expressa com clareza qual é a compreensão que se tem em relação a quem se submete a esta prática.

Ao fazer isso, o autor do livro da Sabedoria caracteriza tais homens como fúteis ou insensatos e acrescenta: “viviam na ignorância de Deus, não sendo capazes de reconhecer a Deus”. Entretanto, o autor do livro da Sabedoria utiliza um termo que torna difícil o ajustamento do pensamento: quando se efetua a tradução, ele emprega o termo *phýsei* (por natureza, v. 1a), no dativo singular. Assim, surge um questionamento: a que se refere este “por natureza”? Ele está afirmando que estes homens são desde sempre incapazes de reconhecer a Deus? Ou que, pela natureza, não são capazes de reconhecer a Deus, Aquele que é?

Para Vílchez Líndez (1990, p. 405), não é possível aceitar a tradução, a qual expressa que “todos os homens foram vaidosos, isto é, por nascimento, por essência ou por natureza” (v. 1a), pois, segundo ele, tal pensamento apresenta uma concepção pessimista do homem, e esta não é a visão do autor do livro da Sabedoria, haja vista que em Sb 1,14 se a firma que ao homem é dada a possibilidade de alcançar o conhecimento de Deus.

Deste modo, o *phýsei* (natureza) que está relacionado a todos os homens diz respeito àqueles que foram incapazes de – ou não chegaram a – reconhecê-lo. Também Mazzinghi (2012, p. 243) justifica a sua opção de tradução por: “logicamente”, porque segundo ele, o termo traduzido “por natureza” apresentaria um problema teológico insolúvel.

Acompanhando este raciocínio é que foi apresentada a tradução: “Naturalmente foram fúteis/insensatos e viviam na ignorância, não sendo capazes de reconhecer Aquele que é”. Ao se referir a Deus como “Aquele que é”, o autor faz um belo jogo de palavras entre: o “invisível” e o “visível”. Partindo do referencial apresentado no livro do Ex 3,14 (conforme a tradução da Septuaginta), em que Deus se apresenta a Moisés como sendo: “Aquele que é” = Yahweh, o Deus invisível, mas que age na história e pode ser sentido e percebido, isso contrasta com os que vivem na ignorância, que nem mesmo por meio das coisas visíveis chegaram a conhecer.

Diante deste argumento de que partindo das coisas visíveis pode se chegar ao conhecimento, Mazzinghi (2012, p. 244-245) acredita ser possível que o autor tivesse como pressuposto a filosofia de Aristóteles, pois foi ele o primeiro a afirmar que é possível conhecer a Deus a partir de coisas visíveis. Mazzinghi também recorda que Fílon, com este mesmo pensamento, postula que seja possível, a partir do mundo, ter uma ideia de sua causa, pois, do mesmo modo quando se vê a casa se deduz a existência de um arquiteto (*technítēs*), igualmente, ao ver os elementos da natureza, se reconhece a existência de um artesão do universo (*demiourgos*). No entanto, o autor do livro da Sabedoria cuidadosamente não empregou o termo demiurgo, para deixar claro a quem ele estava se referindo, ou seja, ao verdadeiro Deus.

Dessa maneira, para o autor do livro da Sabedoria, até o observador atento da natureza pode conhecer o arquiteto, uma vez que o autor é reconhecido em sua obra, assim como é comum na atualidade se ouvir dizer dos especialistas em obras de arte, dos profissionais de bens culturais, quando estão diante de uma obra de arte, a qual não recebeu a devida assinatura do seu dono, que, por meio de técnicas e da investigação dos traços e estilos, podem conferir autoria à respectiva obra.

É isso que o autor do livro da Sabedoria está recordando e a isto está chamando a atenção: como podem não reconhecer o Artista, tendo à sua frente tamanha beleza e perfeição. Se tudo é perfeito, mais perfeito ainda é aquele que os criou.

4.2 Sb 13,2

“Mas consideram deuses: o fogo, o ar, o vento, água, as estrelas e os luzeiros que regem o mundo” (Sb 13,2).

Com a partícula adversativa *allá* (“mas”) o autor inicia o v. 2, e apresenta uma lista de seis elementos, pelos quais os homens do v. 1 (fúteis/insensatos) os reconheceram como deuses. Estes homens têm como deuses aqueles que na verdade são criaturas. Como argumenta Vílchez Líndez (1990, p. 407-408), eles confundiram a obra de arte com o Artista. Presos pela exterioridade dos seres, não conhecem o Deus verdadeiro, aquele que realmente é e dá consistência a todos seres em sua aparência externa.

Nesta lista de seis elementos, provavelmente o autor está recordando a firme tradição recebida dos antepassados de que Deus, Aquele que é, rejeitara e condenara todo e qualquer tipo de adivinhação e adoração dos corpos celestes (Dt 4,19). Ou,

talvez, pode ser vista aqui uma referência ao uso da numerologia Bíblica, pois o número seis é tido como imperfeito, acentuando, assim, a imperfeição dos deuses.

Há nesta condenação uma novidade: como esclarece Vélchez Líndez (1990, p. 407-408), o autor rejeita a deificação dos elementos da natureza, a saber, fogo, vento e ar; e, ao fazer essa crítica, ele tem em vista as correntes filosóficas de seu tempo, de modo especial o estoicismo, haja vista que os estoicos, com seu monoteísmo cósmico, ou panteísmo materialista, não davam espaço para a transcendência pessoal e absoluta de Deus em relação ao mundo. Com estes argumentos, o autor do livro da Sabedoria ratifica que os filósofos podem até chegar ao conhecimento da existência de um Artífice, mas não compreendem que este Deus Criador é o Deus que se revelou.

Portanto, o v. 2 serve como esclarecimento, porque os homens do v. 1 são considerados insensatos, pois, como visto, a insensatez não está em não serem religiosos ou crentes, mas em que acreditam. Isto é, dito, tendo em vista que, como observado na perícopre, a religiosidade dos adoradores de ídolos é repetidamente afirmada. Sendo assim, a crítica que o autor faz não se refere à pura negação do conhecimento do divino, nem à ignorância da existência de Deus, mas como ressalta Mazzinghi (2012, p. 245), a crítica do autor do livro da Sabedoria é porque os gregos, a partir de uma concepção estoica, praticam uma religiosidade “cultá”, na qual os elementos da natureza servem para expressar a presença de uma divindade, impessoal e imanente.

4.3 Sb 13,3

“Se, encantados com a beleza deles, os reconheceram como deuses. Saibam que a beleza de quem os criou, os ultrapassa, pois ele é a fonte da beleza” (Sb 13,3).

É preciso ter claro que o autor do livro da Sabedoria tem grande conhecimento tanto da tradição recebida dos antepassados (judeus), como também transita com certa autonomia dentro do universo filosófico. Munido desse conhecimento, articula o seu pensamento com a possibilidade de refutá-los e, com argumentos racionais, evidenciar que eles estão agindo erroneamente ao tratar as criaturas como deuses.

Sendo assim, o autor exerce sua crítica ao afirmar que o mundo e todos os seus belos componentes não são Deus (ou deuses), mas suas criaturas, pois, de fato, o autor da beleza os criou. A beleza das criaturas não é original, mas reflete a da fonte, do autor da própria beleza. Assim, Vélchez Líndez esclarece (1990, p. 413) que, ao fazer uso da expressão “que a beleza do Criador ultrapassa a beleza contida na obra criada”, o autor do livro da Sabedoria está novamente recordando o princípio estoico, em que, se na natureza há algo que o homem não foi capaz de fazer ou de realizar por si mesmo, aquele que o fez é superior ao homem.

Portanto, com estes referenciais, é possível dizer que o autor do livro da Sabedoria tem como parâmetro a própria filosofia para poder fazer sua crítica, uma vez que o tema da beleza das criaturas, presente nesse versículo, é totalmente inspirado no helenismo, pois, para a concepção Judaica, a beleza das criaturas somente reflete o esplendor majestoso de Deus, a beleza contida nelas é um nada diante daquilo que Deus é. Deste modo, é compreensível que no Antigo Testamento não se tenha referências à contemplação da beleza das criaturas em si, ou para, a partir da contemplação delas, provar a existência de Deus.

4.4 Sb 13,4

“Ora, se (eles) ficaram impressionados com o poder e a força operativa deles, imaginem quanto mais poderoso é quem os criou” (Sb 13,4).

Aqui o autor está antecipando o que será tratado com mais clareza no versículo seguinte, a partir do uso explícito do termo “analogia”. Neste v. 4, de modo implícito, o autor convida os filósofos gentios a refletir sobre o conceito de proporcionalidade. Se (*ei*, “se”, conjunção condicional) eles ficam impressionados com a *dýnamis* (poder/força) e a *enérgeia* (força operativa), isto é, como eles agem por si mesmo, ou a influência que eles causam, muito maior (conceito de proporcionalidade) é a força e o poder daquele que os criou.

De acordo com Vélchez Líndez (1990, p. 414), o termo *dynamis* e *enérgeia* é de origem aristotélica, mas o autor do livro não os utiliza em seu sentido técnico, ele apenas quer enfatizar que a *dýnamis* se refere à “água violenta” (v. 2e) ou ao “movimento das estrelas” (v. 2f), os quais são fenômenos grandiosos ou espetaculares que revelam o poder prodigioso do Criador, e utiliza *energeia* para se referir às atividades do “fogo”, “ar” e “vento”, ou à influência do sol e da lua no mundo, os quais produzem energia eficaz que é constantemente liberada. Isso, portanto, não poderia causar neles estranheza ou admiração (*ekplagéntes*, v. 4b) por ser algo tão natural que a própria capacidade intelectual (abstrativa) explicaria.

Novamente, diferente da concepção grega que via na beleza das criaturas um motivo para torná-las deuses, o mundo bíblico, por meio dos seus autores sagrados, apresenta a concepção de que os fenômenos naturais (veja: Ex 19,16-25; 1Rs 19,11-12; Jó 36,26-38; Sl 18,8-16; 29; 97,1-6; 104; Eclo 43) são apenas teofanias, como verdadeiras manifestações da divindade. De modo que o mundo (o *cosmos*, unidade de elementos) é uma obra de arte que testemunha e reflete o seu Criador.

Portanto, por meio destes fenômenos naturais, o autor do livro da Sabedoria quer enfatizar que o Deus criador é o mais poderoso em força, o nobre em beleza, imortal na vida, mais excelente em virtude. Embora permaneça invisível a qualquer natureza mortal, Ele se deixa ser contemplado a partir de suas obras.

4.5 Sb 13,5

“Mas, por analogia, é possível conhecer o criador” (v. 5).

Aqui, o autor do livro da Sabedoria desenvolve o tema da *análogōs* (“analogia”) de modo explícito. Segundo Vélchez Líndez (1990, p. 416) e Mazzinghi (2012, p. 245), esta foi a primeira vez que o termo foi aplicado ao conhecimento de Deus (e é um hápax legomenon de toda a Bíblia), pois este é um conceito platônico, o qual se aplica às realidades meta-empíricas, ou seja, é um procedimento racional que parte da experiência do sensível para chegar a um entendimento de realidades que vão além da experiência. Nisto está a novidade do autor sagrado: ele, de modo perspicaz, aproveitou-se de um conceito já existente e o aplicou ao problema de conhecer Deus a partir das criaturas, descobrindo possibilidades inesperadas.

Outro dado importante aqui é que, diferente do v. 1a, em que o autor expressa de modo negativo o fato de os homens não chegarem ao conhecimento de Deus, chamando-os de vaidosos (*mátaioi*), no v. 5, o autor os trata com mais sutileza, não utilizando nenhum

termo pejorativo para se referir aos seus interlocutores. Mas os recorda que é possível, por meio da investigação, isto é, da contemplação, chegar ao conhecimento de Deus.

Outra vez, o termo empregado pelo autor para justificar seus argumentos é um termo provindo da filosofia platônico-aristotélica. O vocábulo *theōreîthai*, de acordo com Kittel e Friedrich (1985, p. 633), referência primeira do termo, dirige-se aos espectadores de um festival religioso e, portanto, significa “olhar para”, em consequência deste ato, também pode ser traduzido como contemplar. Sendo assim, contemplar consiste na atividade suprema do homem em conhecer não por meio da via racional, mas por meio da via dedutiva, que parte do que aparece e toma posse do que não é visto.

Dessa forma, ao aplicar o método da proporcionalidade, o autor está dizendo mais uma vez que eles não estão fazendo bom uso das próprias teorias e dos conceitos oferecidos pelos seus filósofos e, por meio destes, poderiam deixar de ser ignorantes (*mátaioi*) compreendendo que mesmo que haja elementos de união e semelhança, há uma distância enorme entre o Criador e as criaturas.

4.6 Sb 13,6-7

“Pequena culpa é atribuída a eles, porque se desviaram tentando encontrar Deus, e na busca foram seduzidos pela aparência externa e pela beleza do que é visto” (Sb 13,6-7).

O autor continua sua argumentação de que é possível chegar a Deus por meio da contemplação da obra criada. Lorenzin (2020, p. 162) recorda que este processo cognitivo para se chegar ao conhecimento de Deus é indicado pelo autor do livro com o termo “por analogia”, mas é necessário dar um passo a mais neste processo, isto é, não se deve deixar ser seduzido por aquilo que é efêmero, pelas aparências exteriores da criação. No entanto, há um detalhe nestes versículos que precisa ser evidenciado, trata-se da bondade com que o autor julga os divinizadores da natureza. Essa bondade contrasta com o severo julgamento que ele fará em Sb 13,10 e em Sb 15,14, quando vai se dirigir aos adoradores de ídolos criados pelo homem.

Essa bondade é perceptível pelo uso do termo *mém̄psis estîn olígē* (“pequena culpa”), o qual também demonstra que o autor quer enfatizar que as pessoas que desejam encontrar Deus, e o procuram à sua maneira, não podem ser condenadas indiscriminadamente. Doré (2003, p. 49) argumenta que, em certo sentido, o autor do livro da Sabedoria está aqui antecipando o discurso que Lucas coloca nos lábios de Paulo em Atenas: “[Deus] queria que procurassem por Ele, para ver se pelo menos tentavam encontrá-lo” (At 17,24-27); pois, na verdade, Ele não está longe do ser humano.

Para Vílchez Líndez (1990, p. 417), o autor do livro não faz questão em esconder sua admiração pelos gregos, os quais, motivados pelo desejo de encontrar Deus, procuram-no sinceramente. O que demonstra que o caminho percorrido por eles está correto, pois, a partir das criaturas e coisas visíveis, é possível alcançar o Criador invisível. O que não está correto é que eles, seduzidos pela beleza da criação, confundiram a fonte da beleza com a natureza que é bela.

4.7 Sb 13,8

“Mesmo assim, eles não têm desculpa: Porque foram capazes de adquirir conhecimento, ao ponto de poder investigar o cosmo, mas não encontraram o Senhor dele?” (Sb 13,8)

Apesar de sua manifesta simpatia pelos gregos, ele não poderia deixar transparecer uma aprovação da deificação da natureza. Por isso, ele levanta o tom e manifesta a sua recusa, e isto o faz ao utilizar o termo *syggnōstoi* (v. 8). Não são desculpáveis, pois se conseguiram saber tanto ao ponto de examinar e investigar o cosmo, como não foram capazes de reconhecer o Senhor deles?

No entanto, mesmo com sua perplexidade, o autor se mostra um profundo otimista, e esse seu otimismo é justificado por sua profunda fé, que o faz acreditar que é mais fácil descobrir Deus em suas obras do que penetrar nos mistérios da natureza. Permeado por este sentimento de fé, ele manifesta seu espanto. De acordo com Rybolt (1999, p. 411), admiração e espanto costumam formar a base para adquirir sabedoria, pois levam a perguntas e à análise da experiência, entretanto, sua admiração está voltada para o ser humano e não para um objeto, por mais bonito e poderoso que ele seja.

5 Aproximação teológica-pastoral

5.1 Uma nova ética. Um novo relacionamento

O pensamento que o autor do livro da Sabedoria reflete está em sintonia com a teologia dos demais textos das Sagradas Escrituras. Só Deus é Deus, conforme a expressão utilizada por ele no v. 1a, “Aquele que é”, portanto, também não tem uma ideia de endeuamento do ser humano. No entanto, o modo de pensar, no qual o ser humano é o centro, que mais tarde foi denominado com o termo de antropocentrismo (BOFF, 2007, p. 94; PORATH, 2015, p. 151; FRANCISCO, 2015, p. 73-75, n. 115-116 e 119) e foi agravado e deturpado ao longo dos anos, culminou com uma ideia mecanicista e instrumentalizada dos seres.

Não se pode negar que leituras fundamentalistas tiraram do discurso bíblico interpretações que levaram a atitudes desastrosas, principalmente de ver nele uma justificação para a instrumentalização de toda obra criada. No entanto, seria só culpa de uma leitura equivocada, ou de uma má interpretação de Gn1,26.28, em que o ser humano é apresentado como dominador de todos os demais seres e tudo está submetido a ele? Talvez não!

Segundo Porath, esta visão em que o ser humano é o centro e a natureza é tida como objeto, como coisa, tem o seu fundamento a partir da filosofia cartesiana, assim, “com seu discurso do método (1637), René Descartes exigia a dúvida metódica ou dúvida sistemática, de modo que, para ele, com a aplicação deste método se obtém a verdade” (PORATH, 2015, p. 151). Munido deste conceito, o homem se interpõe diante da natureza e não a vê mais com encantamento, mas como algo a ser estudado, manipulado e o desdobramento disto é a crise ecológica em que se encontra o mundo.

Nas palavras de Ferrari (2003, p. 77), este desequilíbrio, este desastre, é a prova de que a razão instrumental, com sua ideia ilimitada de progresso, fracassou, pois não

possibilitou um processo histórico com sabedoria. Assim, ele propõe, a partir de seu artigo intitulado “A responsabilidade como princípio para uma ética da relação entre ser humano e natureza”, uma mudança radical nas relações humanas e nas inter-relações, uma vez que abrangeria o modo com o qual o ser humano se situa dentro deste universo maior, que é o ecossistema.

Na perspectiva de Ferrari (2003), é preciso elaborar uma nova ética, a qual ele denomina de ecoética. Esta, por sua vez, se ocupará dos direitos e deveres do ser humano e, principalmente, do seu inter-relacionamento com toda obra criada. Ele a entende como uma ética da vida, na qual todos os membros da criação tenham seus direitos respeitados e uma vida digna. Por isso, adverte: “uma nova ética que não inclua o meio ambiente como digno de direitos e deveres é continuar trilhando nos mesmos caminhos cartesianos que até agora trilhamos” (FERRARI, 2003, p. 78).

Este pensamento, de que é preciso elaborar uma nova ética, está de acordo com o *múnus* teológico, ou seja, a partir da teologia, conferem-se elementos que possam corroborar para esta mudança, pois se o texto bíblico não pode ser penalizado exclusivamente por tal consequência, por outro lado, a teologia tem a obrigação de munir os interlocutores de uma reta interpretação. Como esclarece Susin:

A teologia não é apenas narrativa mítica nem é apenas expressão de sabedoria. Tampouco é uma exposição de doutrinas, porque não é catecismo. É compreensão daquilo que se crê por meio da reflexão [...] a teologia é o logos reflexivo, é palavra medida, pesada, clara e clarificadora, para que, à sua luz, possa compreender, tanto quanto possível, mediante a razão (SUSIN, 2010, p. 30).

Pensar o modo com que o ser humano se relaciona com a natureza é, portanto, uma atividade teológica, e isso o texto do livro da Sabedoria, apresentado para a reflexão, já adiantou. Agora se faz necessário, a partir dele, dizer que o modo com que o ser humano se relaciona com a natureza não pode ser a partir do conceito cartesiano e, muito menos, com uma visão deturpada do Texto Sagrado. Sendo assim, é urgente que a natureza não seja mais entendida como coisa nem objeto, mas uma com o ser humano. Para tanto, tal postura só será alcançada com a construção de uma nova ética, em que a relação harmoniosa seja o imperativo, e, o cuidado, o adjetivo principal.

5.2 A natureza não endeusada

O autor do livro da Sabedoria, como teólogo enraizado na cultura de seu povo e atento aos acontecimentos de sua época, propõe com sabedoria e audácia esta instrução: “se foi possível ver a beleza contida na natureza, é possível ver nesta beleza uma beleza maior”. E o faz de modo contundente aos homens do século XXI e de todos os tempos, aos quais tem a oportunidade de reler estas páginas.

Na atualidade, o pensamento teológico - o qual reafirma que a natureza não pode ser considerada como coisa ou objeto, mas que coexiste com o ser humano e, ambos, refletem a beleza do criador - é o que mais se aproxima da narrativa apresentada pelo autor do livro da Sabedoria, quando diz que é preciso perceber, na beleza das criaturas, o Criador. Nesta reflexão teológica, o ser humano é convidado a ter uma relação de cuidado e não de dominação, pois ele é um com a natureza. Sendo assim, sua capacidade intelectual deve favorecer a esta compreensão.

Este convite foi expresso por Leonardo Boff, em seu livro “Saber cuidar”. Convicto de que a teologia precisa se pôr a pensar a relação com a natureza e, principalmente, como crítica à sua instrumentalização. Leonardo Boff, quando descreve “o modo-de-ser-cuidado”, enfatiza: “pelo cuidado não vemos a natureza e tudo que nela existe como objetos. A relação não é sujeito-objeto, mas sujeito-sujeito. Experimentamos os seres como sujeitos, com valores, como símbolos que remetem a uma realidade fontal. A natureza não é muda” (BOFF, 2007, p. 95). Por isso, o ser humano precisa se pôr diante dela, escutá-la, sentir-se unido a ela, pois ela não existe apenas, ela coexiste. Nesta relação, o ser humano não vai exercer o domínio, mas vai conviver e a partir desta convivência surgirá uma interação e comunhão.

Com esse mesmo pensamento, mas por outro viés, no livro “A vida dos outros”, Susin e Zampieri (2015, p. 20) conclamam uma nova visão sobre as criaturas e, de modo especial, sobre os animais. Estes convidam a refletir sobre uma ética e teologia que alcance a libertação animal, na qual a concepção que se tem da beleza presente na criação, de sua biodiversidade, especialmente dos animais precisa ser transformada. E acrescentam: “pois em todos os campos a relação com os animais é a mesma relação básica do capitalismo, a saber, a relação de propriedade. Nessa relação o animal é tido como coisa. E Coisa, todos sabem, é algo e não alguém” (SUSIN; ZAMPIERI, 2015, p. 28).

Estes teólogos, com toda a certeza, são devedores do pensamento de São Francisco de Assis, de quem são seguidores. Daquele que viveu nos séculos XII-XIII, mas estava anos luz à frente desse período. São Francisco de Assis conseguiu de fato ter esta percepção, sobre a qual o autor do livro da Sabedoria tanto insiste. Este homem fora do seu tempo, mas bem inserido nele, em sua relação com a natureza, exprime por meio de versos e poesias a beleza do Criador, como bem expressa o best-seller “Cântico das criaturas”, conhecido também como: “Cântico do irmão Sol” ou “Louvores das criaturas” (FONTES..., 2004, p. 104-105). Para Francisco, esta ética do relacionamento não foi uma teoria, foi práxis. Ainda, para Francisco, os seres criados não são um outro diferente dele, mas são um outro que codivide o ser criatura. É ser com os seres.

6 Considerações finais

A fé exige posicionamento, a fé exige atitudes, como bem recorda a encíclica do Papa Francisco, *Laudato Si*, retomando o pensamento do Papa João Paulo II em sua mensagem por ocasião do dia mundial da Paz de 1990, em que: “os cristãos, em particular, advertem que a sua tarefa no seio da criação e os seus deveres em relação à natureza e o criador fazem parte de sua fé”, e acrescenta: “é bom para a humanidade e para os crentes conhecer melhor os compromissos ecológicos que brotam desta convicção” (FRANCISCO, 2015, p. 44, n. 64). E em outro momento, ao tratar da conversão ecológica, enfatiza que se faz necessária “uma espiritualidade ecológica que nasce das convicções da fé” (FRANCISCO, 2015, p. 125-126, n. 216). Isso está alicerçado na convicção de que o Deus da Bíblia é um Deus que se posicionou, como foi lembrado quando tratado sobre a questão dos destinatários e mensagem do livro da Sabedoria.

É com este pensamento, de que a fé exige compromisso, que este artigo tratou de apresentar algumas considerações, as quais seguem aqui descritas. A capacidade de pensar, de investigar, de fazer ciência (enquanto conhecimento), segundo a tradição bíblica, é um atributo de Deus, conferido ao ser humano no ato da criação. E, pautados por esta capacidade, o ser humano deve e precisa sempre se questionar sobre suas atitudes no

mundo, sobre o seu olhar em relação ao mundo criado. Se está conferindo dignidade e respeito à obra criada, ou – diferente dos gregos que a endeusaram, tornando-a objeto de culto – está sujeitando-a ao mais baixo nível.

Neste sentido, apresenta-se o pensamento de Storniolo (1993, p. 52) que, ao analisar a perícopa (Sb 13,1-9), ao final, apresenta estas perguntas: como avaliar hoje a crítica à idolatria da natureza? E responde dizendo que, de fato, a ciência (como instrumental sistemático) proporcionou uma valorização da humanidade, mas por outro lado a demitização gerou o desrespeito e o abuso. E, para retomar a harmonia, é preciso reconhecer que todos os seres, cada um a seu modo e no seu grau, são “imagem e semelhança de Deus”, expressões multifacetadas da sua grandeza, beleza e bondade e conclui com outras duas perguntas correlacionadas: será que isso iria diminuir a humanidade? Será que diminuiria o próprio Deus?

Não restam dúvidas de que essas perguntas ainda são válidas e precisam ser respondidas por cada um daqueles que professam a fé no Deus criador. No entanto, tais perguntas, diante do texto apresentado para reflexão, Sb 13,1-9, podem ser ampliadas. As perguntas que podem ser feitas neste momento são: enquanto cristão, a fé no Deus criador permite compactuar com propostas que são contrárias ao cuidado e à proteção da biodiversidade? Com propostas que vão à contramão da defesa da vida em todos os seus níveis? Com a não valorização da obra criada?

Tais perguntas são levantadas porque, talvez, o leitor, diante destas interpelações, possa estar refletindo ou se pondo à seguinte questão: mas eu “nunca derrubei um pé de árvore, ou mesmo, nunca nem joguei papel no chão!” Também, deve se perguntar: quantas vezes eu comprei produtos de empresas que tem como prática a devastação na Amazônia? Ou: concordo com o slogan: “agro é pop, agro é tech”. Será que é mesmo? O que as culturas tradicionais (quilombolas e indígenas) têm a dizer sobre isso? Ou quantas vezes compactuou com uma política ou votou em políticos que são favoráveis ao expansionismo agrícola, que não leva em consideração os impactos ambientais? Ou pactuou com aqueles que dizem que terras (territórios homologados) indígenas são terras de vagabundos, e precisam ser mais bem “utilizadas/aproveitadas”. Conforme bem enfatiza a encíclica *Laudato Si*, é necessário ser coerente com a própria fé e não a contradizer com ações (FRANCISCO, 2015, p. 117, n. 200).

Assim, face a esses questionamentos, diante da necessidade de se ter uma nova postura frente à obra criada, ter uma nova ética e um cuidado que vai além do não destruir, o pensamento conclusivo deve ser: é preciso respeitá-la enquanto natureza, conferindo-lhe toda a dignidade, é preciso relacionar-se com a natureza enquanto natureza que é, pois, assim como o autor sagrado, no livro da Sabedoria, teve a audácia de dizer que a natureza é natureza, e não deusa, hoje também é preciso ter a audácia de dizer que a inteligência, a ciência e a Teologia, enquanto compreensão daquilo que se crê por meio da reflexão, devem proporcionar um novo modo de se relacionar.

Referências

ASENSIO, Víctor Morla. *Livros sapienciais e outros escritos*. São Paulo: Ave-Maria Edições, 1997.

BAUER, Walter. *A Greek-English lexicon of the New Testament and other early Christian literature*. University of Chicago Press, 2010.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

- BONORA, Antonio. Libro della Sapienza. In: BONORA, Antonio; PRIOTTO, Michelangelo (Orgs.). *Libri Sapienziali e altri scritti*. Leumann: Edietrice Elle di Ci, 1997. p. 99-114.
- CERESKO, Anthony R. *A sabedoria no Antigo Testamento: espiritualidade libertadora*. São Paulo: Paulus, 2004.
- DORÉ, Daniel. *El libro de la Sabiduría de Salomón*. Navarra: Editorial Verbo Divino, 2003.
- FERRARI, Amarildo R. A Responsabilidade como princípio para uma ética da relação entre ser humano e natureza. *Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande do Sul, v. 10, janeiro/junho. 2003. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- FONTES franciscanas e clarianas. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- FRANCISCO. *Laudato Si'*: Louvado sejas. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus; Edições Loyola, 2015.
- GONZAGA, Waldecir. *Compêndio do cânon bíblico: listas bilíngues dos catálogos bíblicos*. Antigo Testamento, Novo Testamento e Apócrifos. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2019.
- JOÃO PAULO II. Mensagem de Sua Santidade João Paulo II para a celebração do XXIII Dia Mundial da Paz: Paz com Deus criador, paz com toda a criação. *A Santa Sé*, Cidade do Vaticano, 1 jan. 1990. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/peace/documents/hf_jp-ii_mes_19891208_xxiii-world-day-for-peace.html. Acesso em: 10 set. 2021.
- KITTEL, Gerhard; FRIEDRICH, Gerhard. *Theological dictionary of the New Testament: abridged in one volume*. Grand Rapids: Eerdmans Publishing Company, 1985.
- LEGRAND, Thierry. Sabedoria de Salomão. In: RÖMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe; (Org.). *Antigo Testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo: Loyola, 2015. p. 787-796.
- LORENZIN, Tiziano. *Livros sapienciais e poéticos*. Petrópolis: Vozes, 2020.
- MAZZINGHI, Luca. *Il Pentateuco Sapienziale. Proverbi, Giobbe, Qohelet, Siracide, Sapienza: caratteristiche letterarie e temi teologici*. Bologna: EDB, 2012.
- PORATH, Renuis. Do endeuçamento da natureza à dignidade da criação: leitura bíblica em tempos de crise ecológica. *Encontros Teológicos*, Florianópolis, v. 30, n. 72, p. 149-160, 2015.
- REESE, James M. *Hellenistic influence on the Book of Wisdom and its consequences*. New York: St. Martin's Press, 1970.
- RYBOLT, Jonh E. Sabedoria. In: KARRIS, Robert J.; BERGANT, Dianne (Orgs.). *Comentário bíblico: profetas posteriores, escritos, livros deuterocanônicos*. São Paulo: Loyola, 2001. v. 2, p. 399-416.
- SCHROER, Silvia. O livro da Sabedoria. In: ZENGER, Erich. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 349-356.
- SILVA, Cássio Murilo Dias da. Tradições do êxodo em Sb 11-19. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 49, p. 90-108, jan./abr. 2015.
- STORNIOLO, Ivo. *Como ler o livro da Sabedoria: a sabedoria de Israel e o senso da justiça*. São Paulo: Paulus, 1993.
- SUSIN, Luiz Carlos. *A criação de Deus: Deus e a criação*. 2. ed. São Paulo: Paulinas.
- SUSIN, Luiz Carlos; ZAMPIERI, Gilmar. *A vida dos outros: ética e teologia da libertação animal*. São Paulo: Paulinas, 2015.

VÍLCHEZ LÍNDEZ, José. *Sapienza*. Roma: Borla, 1990.

WRIGHT, Addison George. The Structure of the Book of Wisdom. *Biblica*, Roma, v. 48, n. 2, p. 165-184, 1967.